

Histórias Quase Invisíveis: Posse, Titulação E Conflitos Agrários No Velho Oeste Paranaense (1930/1960)

Leandro de Araújo Crestani¹

Resumo: O presente artigo faz uma análise da entrevista feita com membros da Colonizadora Norte do Paraná, e colonos testemunha do processo de colonização empregado pela colonizadora nos municípios de Assis Chateaubriand e Tupãssi situado na região Oeste do Estado do Paraná. Trazendo a problemática da existência ou não da violência contra os colonos que vivam nessas duas cidades, tendo como responsável pelo processo de colonização dessa região a Colonizadora Norte do Paraná. Dessa forma, podemos compreender um pouco a gênese do surgimento dos conflitos agrários na região Oeste do Paraná. Ao pensarmos em litígio, grilagem e violência na história do Paraná devemos compreender que a região Oeste desertava o interesse das companhias colonizadoras por abranger a última fronteira agrícola do Estado do Paraná, um espaço que estava em pleno processo de colonização no período de 1930 a 1960. Os municípios de Assis Chateaubriand e Tupãssi estavam envoltos num clima de abuso ostensivo exercido por jagunços ligados à Colonizadora Norte do Paraná. Acusada por uma série de violência contra posseiros, a colonizadora espalhava terror na região. As vítimas tiveram suas terras invadidas e recebiam ameaças de morte, principalmente depois que as denúncias contra ela foram encaminhadas às autoridades federais. A metodologia baseia-se na história oral, para compreender o processo de estruturação da memória coletiva. Tendo a memória como evocação do passado, lembrança e o esquecimento. Contudo, quando nos deparamos com os conflitos agrários na região Oeste do Paraná, remetemo-nos a várias e intrincadas lutas, que muitas delas, a história oficial deixou (pois quem deixou foi a história) perdidas no tempo. Ou seja, esquecidas, rejeitadas, apagadas da memória, e principalmente ao reconstituirmos a história dos conflitos agrários nos municípios de Assis Chateaubriand e Tupãssi, ajudamos a construir outra versão da história da região Oeste do Paraná. Várias narrativas foram apresentadas retratando o cenário dos conflitos de terras que ocorreram nos municípios de Assis Chateaubriand e Tupãssi, envolvendo a Colonizadora Norte do Paraná, contra colonos, posseiros e grileiros nessas localidades. Este estudo, busca deslegitimar a “memória oficial” sobre os conflitos de terras que ocorrem na região Oeste do Paraná. De acordo com o estudo, nota-se a construção de uma “amnésia social” sobre o processo de colonização dos municípios em questão. Contudo, o estudo dessa temática, por meio de fontes documentais e principalmente de entrevistas, apontou que a colonização da região Oeste do Estado do Paraná aconteceu de forma “irregular”. A pesquisa buscou mostrar a situação agrária da região em questão, sobre a “posse”, a “titulação”, a “propriedade”, que eram questões preocupantes nos primeiros tempos da colonização moderna dessa área. Podemos chegar a uma conclusão que essa realidade de conflito mexia com a vida de colonos, posseiros e grileiros. Sendo parte de seu cotidiano, ou seja, muitos enfrentavam o desafio de deixar a sua terra natal, na idéia de construir uma nova vida familiar, em busca da pequena propriedade rural. Na perspectiva de dia melhores, acabavam enfrentado a ganância da pela posse da terra.

Palavras-chave: conflitos agrários; História Oral; Região Oeste.

Introdução

Ao trabalhar com fontes históricas, que trazem depoimentos de funcionários da colonizadora, colonos, grileiros e posseiros, é de fundamental importância a utilização da História Oral como metodologia por dois fatores. O primeiro é pelo fato de alguns pioneiros da região Oeste do Paraná estarem vivos, e o segundo é que são poucos os trabalhos acadêmicos que abordam a problemática de conflitos agrários.

A história oral provoca uma aproximação da realidade vivida do entrevistado, cercado-se de teorias interpretativas que melhor se adequem para a análise de tal problemática. Segundo Ecléa Bosi (1995), o estudo da “memória viva” é fundamental para compreender a participação de uma pessoa, pelos fatos sofridos por ela, possibilitando uma análise do estudo.

Também sobre a questão da entrevista é de suma importância para o historiador compreender que o sujeito entrevistado poderá acrescentar algo de novo para a história que ele viveu. Segundo Paul Thompson,

[...] a evidência oral pode conseguir mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiências e da imaginação do próprio historiador: uma história erudita de ficção. A evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em sujeitos, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mais também mais verdadeira. (THOMPSON, 1992, p.137).

Logo, podemos compreender que o testemunho oral representa o núcleo de investigação, levando o historiador a trabalhar as relações entre a escrita e oralidade, memória e história, a história oficial e a história popular.

Segundo Boritza (1994), no momento histórico atual do município de Assis Chateaubriand, não há interesse que a memória do processo de colonização seja recuperada, uma vez que os interesses do poder ainda hoje se encontram nas mãos de pessoas que ocupam altos cargos públicos ou mesmo que estão disputando o poder. *“Existem verdadeiros arquivos históricos “vivos” (pessoas) que poderiam nos retratar mais concretamente a sua participação no processo de ocupação, mas o medo ainda perdura”* (BORITZA, 1994, p.3).

O problema com a posse de terras na região Oeste do Paraná vem desde o processo de colonização, por causa da tumultuada documentação possessória dessa região, envolvendo a União, o Estado do Paraná e Colonizadoras.

Para Olinto e Stein (2009), a grilagem no Paraná é uma problemática abordada em dois momentos da história: a primeira aparece no final do século XIX e início do século XX, por meio das concessões feitas a Obragens², por parte do governo do Estado do Paraná, e a outra aconteceu no ano 1950, durante os dois mandatos de Moysés Lupion como governador do Paraná, quando posseiros e colonos se rebelaram contra as grilagens cometidas por companhias colonizadoras apoiadas pelo governador. Desse modo, segundo Olinto e Stein (2009), a Constituição de 1891, passou as terras devolutas para a responsabilidade dos Estados, deixando essas terras nas mãos de oligarquias locais, utilizando essa lei a seu favor para praticar a grilagem na região Oeste do Paraná.

A problemática maior aconteceu na gestão do Governador Moysés Lupion, no período de 1957 a 1960, por causa da emissão de uma infinidade de títulos do domínio de terra sobre a mesma área. No mesmo período estava em curso uma ação, movida pela

comarca de Foz de Iguaçu, com o objetivo de anular os direitos possessórios dos herdeiros da Fazenda Santa Cruz (Francisco Antônio dos Santos). Para os ocupantes de terras, que possuíam escritura de compra e venda sem base em títulos legítimos, Lupion fez um anteprojeto que transformado em lei, enfatizava que

As posses com cultura efetiva e moradias habitual, mantidos por mais de 20 anos ininterruptos, sobre terras de domínio público estadual, habilitam seus detentores à obtenção de um título de domínio pleno, por doação, desde que sobre as mesmas terras não incidam escrituras públicas de compra e venda ou documentos hábeis de sucessão hereditária. (IPARDES, 1989, p.49).

Esse anteprojeto de Lupion tomou novos rumos, principalmente pela briga judicial entre colonizadoras, colonos, posseiros e grileiros, além das irregularidades da política de ocupação do território. “Na ânsia de agradar amigos e subverter consciências de manter posições a administração anterior ultrapassou tudo o que se possa imaginar. O que foi feito na titulação de terras devolutas do Paraná é verdadeiramente espantoso”. (IPARDES, 1989, p.49).

Nesse período, o Departamento de Geografia, terras e Colonização recebeu a ordem de Lupion para a fixação do homem no campo de diferentes instâncias do Departamento. A primeira é recomendada pela portaria 55/57 que: “[...] atendam com a máxima urgência e preferência, indistintamente, todos os pedidos e requerimento de compras relativos a lotes coloniais, isto é, áreas inferiores a 50 há”. (IPARDES, 1989, p.50).

Segundo Boritza (1994), na década de 1950, iniciou-se uma tumultuada disputa judicial pelas terras, que persistiu por muitos anos. Parecia não ter data marcada para terminar. Os funcionários do INCRA³ de Cascavel se diziam “*cansados de tentar decidir sobre os herdeiros da terra*”. Parecia um enxame de herdeiros. “Quando não é posseiro que aparece aqui com uma escritura na mão é a própria pessoas que, dizendo-se herdeiro de um pedaço de terra, vem atrás de nossas ajuda para poder ocupá-la” (JORNAL ESTADO DO PARANÁ, 04 fev. 1978, p.24).

Os critérios utilizados por Moysés Lupion para emitir milhares de títulos, de certa forma era duvidosa, pois emitia títulos para pessoas que não residiam no Paraná. Segundo os funcionários do INCRA de Curitiba, existiam pessoas portadoras de títulos em branco, emitidos pelo Governador Moisés Lupion.

[...] em 1959, Lupion era conhecido nacionalmente como um político inescrupuloso. Acusam-no também de estar cercado de homens públicos cuja honestidade é colocada sob suspeita – esta imagem vai até nos anos 60. No governo de Ney Braga, o judiciário abre um processo contra Lupion, o inquérito resultou no confisco de seus bens. (IPARDES, 1989, p.132).

Os jagunços contratados por Oscar Martinez expulsavam posseiros, sequestravam as mulheres e intimidavam crianças, em locais considerados litigiosos. A polícia militar e civil era insuficiente para conter a violência na região. Outro detalhe importante é que a polícia deveria proteger a população, porém, estava trabalhando a favor da colonizadora. Também não podemos esquecer que Oscar Martinez era dono da Colonizadora Norte do Paraná e também do Jornal que circulava na região, e que qualquer notícia que outro jornal abordasse sobre a violência na região e que envolvesse sua colonizadora, ele utilizava seu meio de comunicação para transmitir a notícia que eram agitadores sociais que estavam cometendo a violência nos municípios de Assis Chateaubriand e Tupãssi.

De acordo com Boritza (1994), a polícia era insuficiente para conter a violência, muitas vezes pedia reforços aos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Curitiba. O “*Jornal Diário do Norte do Paraná*” do dia 13 de dezembro de 1977, em sua

reportagem sobre a região Oeste do Paraná, apontou que as terras à margem do Rio Piquiri, localizadas nos municípios de Assis Chateaubriand, Palotina, Marechal Cândido Rondon, tinham problemas de terras em litígio, cuja solução, o INCRA estava tentando resolver. Essa questão acabou motivando a vinda do Presidente Ernesto Geisel à região para fazer a entrega de títulos definitivos de propriedades. Para Boritza (1994), partes desses títulos somente passaram pelas mãos dos posseiros comprometidos com os “poderosos”.

Numa reportagem divulgada pelo Jornal Estado do Paraná, no dia 24 de abril de 1977, é contada a história de Carlito Alves da Silva, que residia no “sítio Bananeira”, na Gleba Tupãssi, Município de Assis Chateaubriand. Lá, mantinha 103 alqueires de terra e era ameaçado pela Colonizadora Norte do Paraná, que estava tentando tomar posse de suas terras. Carlito tentou uma ação contra a colonizadora, motivado pelo fato de suas terras terem sido invadidas por jagunços contratados pela colonizadora, que estragaram suas plantações e ameaçaram sua integridade física, e a de sua família.

Mesmo Carlito Alves da Silva tendo a documentação da posse de 103 alqueires de terras, a colonizadora considerava ser dona dessa propriedade. Contudo, essa era a forma como a colonizadora “*comprava os títulos de terras*”. Os colonos eram alvos de cobiça e ganância dos aventureiros e ambiciosos representantes da Colonizadora Norte do Paraná.

As versões dos membros da Colonizadora Norte do Paraná

Na versão “*oficial da história do Município de Assis Chateaubriand*” apresentada no livro de Laércio Souto Maior, “História do Município de Assis Chateaubriand: O encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná”, é trazida a história do processo de colonização, e principalmente o depoimento de pioneiros e membros que trabalhavam para a Colonizadora Norte do Paraná.

No depoimento de Rudy Álvarez, topógrafo da Colonizadora Norte do Paraná, ele enfatiza que

Foi onde nós tivemos o maior trabalho de assentamento e regularização, e o baluarte disso foi o Sr. Manoel de Souza Ramos, o primeiro interventor. ...Quando nós começamos a medição para fazer o loteamento, os posseiros começaram a não gostar, aqueles que queriam mais e tinham famílias maiores nós dávamos vinte alqueires paulistas, porém a posse dele era maior, então fazíamos esses acertos. Naquela época, nós começamos a vender o alqueire a vinte e oito contos ... o equivalente a cinco porcos gordos pagava a colônia de dez alqueires paulistas. Mas a grande maioria não legitimou, não quis pagar a terra porque era miserável, muito pobre, eram cidadãos cujo mundo era a mulher, os filhos barrigudinhos, um cachorro magro, uma espingardinha, umas galinhas, a mata, uns pés de mandioca. Mas o que eu senti nesses homens é que não queriam legitimar as terras porque tinham medo de pagar impostos, 99% dos posseiros preferiam vender as terras. (Rudy Álvarez, membro da CNP – Assis Chateaubriand/PR).⁴

Rudy Álvarez destaca que os homens da colonizadora tinham um papel “*educativo*” com os colonos que estavam sem registros legais sobre a posse das terras. Em seu discurso, o processo de colonização é construído de maneira muito abrangente e dinâmico, ou seja, dispondo-se espontaneamente a colocar o seu olhar sobre as experiências e fatos do passado. Em sua perspectiva, revela também a pluralidade das versões do “*vivido*”, opondo “*vozes*” que narram um mundo de conflitos, em que as relações sociais não são lineares.

No depoimento de Oscar Martinez são feitas algumas observações:

Nós resolvemos entrar em entendimento com o Estado para regularizar a situação daquela Gleba que ficava entre o Rio Azul e o Rio Verde ... procedemos a legalização daquelas áreas, através de títulos emitidos pelo Estado, com a condição do Estado desistir da ação que havia contra a Colonizadora União do Oeste. Feito isso, legalizou as terras e a Colonizadora Norte do Paraná S/A passou a ter o título do Estado e o título da União do Oeste para evitar que alguma contestação pudesse haver durante o decorrer da colonização ... com isso estabeleceu-se a tranquilidade na região ... durante o tempo que demandava a ação do Estado, houve uma série de invasões na periferia da Gleba. Juntaram-se umas quatrocentas famílias de colonos que vieram e se localizaram ali como posseiros ... tivemos que compor com aqueles posseiros, todos os que queriam ficar nós legalizamos o lote e os que não queriam nós compramos a posse e legalizamos e saíram todos ... (Oscar Martinez, dono da CNP – Assis Chateaubriand/PR).⁵

Perceber-se que Oscar Martinez no processo de colonização, e da venda dos lotes de Assis Chateaubriand, teve o “cuidado” de negociar com os posseiros, *“legalizavam os lotes e os que não queriam compramos a posse e legalizamos e saíram todos”*. Para Boritza (1994), os posseiros tinham suas famílias arrancadas à força de suas casas sob a ameaça de revólveres dos jagunços contratados pela colonizadora. Alguns colonos criticavam ainda as autoridades locais que estavam sendo *“compradas”* pelo grupo de Oscar Martinez.

Tanto que na colonização de Assis Chateaubriand foram assentadas cerca de seis mil quatrocentas famílias e é preciso que se diga, dessas sei mil e quatrocentas famílias nunca entramos em juízo para cobrar uma prestação atrasada. A carteira de recebimento era enorme, pois tinham três anos para pagar, sempre houve alguns atrasos, porque o lavrador depende da agricultura da colheita, muitos tiveram dificuldades. Mas todos pagaram, depois a inflação começou a crescer e nós tivemos que corrigir as prestações, embora não estivesse previsto; em contrato, nós dilatamos os prazos e todos eles concordaram em corrigir. Se o cidadão não concordasse em; corrigir, nós fazíamos uma proposta em diminuir o tamanho do lote, mas quase todos concordaram, esperávamos mais uns dois anos e o pessoal pagava. Sempre negociando, nunca a Companhia entrou em juízo, contra quem quer que fosse para cobrar uma dívida de uma prestação de terra. Isso favoreceu muito a fixação daquela gente, a verdade é que a seleção inicial foi muito boa. (Oscar Martinez, dono da CNP – Assis Chateaubriand/PR).⁶

Será que essa política da colonizadora realmente existiu? Ou será meramente um discurso hegemônico? Segundo Martinez, o que é verdadeiro ou lenda sobre as posses, jagunços e pistoleiros é:

Houve uma ocasião em que interesses particulares de onde começaram políticas, passaram a interferir no processo foi encomendado a um repórter na época, que fizesse uma série de reportagens para conhecer as histórias folclóricas que existiam na região. Havia, no meio de empregados da Companhia, um indivíduo que tomava conta do campo de aviação onde hoje é o Jardim Progresso da cidade. O indivíduo, mais conhecido como Baiano da Foice, um contador de histórias, já estava aposentado, mas era um contador de histórias que se vangloriava de ter participado de grandes ações e então ele fez umas três ou quatro reportagens, onde contou histórias mirabolantes de jagunços, de posseiros, grandes confusões de terras. Mas tudo aquilo de uma forma imaginativa. Essas reportagens foram utilizadas na ocasião mas não tiveram grande repercussão. Mas, ultimamente, quando meu filho foi candidato a governador, essas matérias voltaram todas as ser exploradas, acrescidas de mais invenções, outras histórias, inclusive famosa história do “Ferreirinha” a grande farsa do Paraná, que foi inventada na campanha do Requião e que ficou célebre, pois condenou os farsantes,

embora não tenha alcançado o candidato, porque a justiça é muito lenta e quando chega a julgar já perdeu o efeito do resultado da coisa. Mas, com isso, a notícia ganhou grande impulso e criou-se uma imagem bastante negativa para a região e principalmente para a cidade de Assis Chateaubriand. (Oscar Martinez, dono da CNP – Assis Chateaubriand/PR).⁷

Oscar Martinez enfatiza que nunca existiu processo judicial contra a colonizadora ou contra ele, principalmente referente a qualquer tipo de violência cometida pela companhia colonizadora.

Absolutamente nada. Nunca houve. Pois se tivesse havido alguma coisa, a pessoa agredida teria ido ao Delegado e ele era obrigado a abrir um inquérito. Aberto esse inquérito o processo continua. O único processo que a companhia moveu contra um posseiro em Assis Chateaubriand, foi contra um cidadão que invadiu o bosque da cidade. Nós havíamos reservado uma área para formar o bosque (defesa do meio ambiente). Nós tentamos por todos modos para que ele saísse da área e ele não saiu, não houve diálogo e nós entramos em juízo, a ação se arrastou durante vinte anos ou mais, e nesses vinte anos ele acabou com a área que ocupava, vendendo a madeira e criando capoeira, diminuindo muito a área. Tal situação foi fruto de intervenção política, que resultou em prejuízo ao meio ambiente da cidade pois essa área foi reservada para criar o Horto Florestal da cidade”. (Oscar Martinez, dono da CNP – Assis Chateaubriand/PR).⁸

Para o ex-governador do Estado do Paraná, Paulo Pimentel, na colonização de Assis Chateaubriand e do Vale do Piquiri ocorreram ações e confrontos sangrentos entre posseiros, pistoleiros, grileiros, companhias colonizadoras e a Polícia Militar do Paraná. Pois “os jornais da época, facilmente consultáveis, informam que sim. Ocorridos na segunda parte da década de 50”. (SOUTO MAIOR, 1996, p.212).

José Bolivar Bretas, advogado no município de Assis Chateaubriand, ao ser indagado sobre a questão agrária conflitiva, aponta que andava no município de Assis Chateaubriand,

ostensivamente com o revólver no coldre, amarrado embaixo na perna, à moda antiga do velho oeste, andava com um colete de couro ... Armei-me muito bem, com o revólver Shimith, cano longo, cabo de madrepérola, revólver 38 que ganhei do meu pai ... Lá, eu peguei mais cinco e fomos em treze homens, num trator de esteira e procedemos a desocupação da terra com um tiroteio e o pessoal que estava lá ... estávamos melhor preparados em armamentos, mais um trator de esteira ... invadimos as terras e desocupamos as mesmas, expulsamos o pessoal de lá depois de um tiroteio, não agüentaram a parada e saíram. ... nós tínhamos uma média naquela época de oito júris por mês ... de gente que se matava, não pistoleiros, mas esse pessoal, com terras, vamos dizer assim, pioneiras, onde estava se desbravando, tudo começando, o pessoal se excede na cachaça, se dá a atos de violência ... naquela época, quem pisasse na bola, como se diz na gíria, quem pisasse no tomate não sobreviveria mesmo ... foram despejados, por uma nova ação, das terras que eles tinham invadido de nosso cliente. (José Bolivar Bretas, Advogado – Assis Chateaubriand/PR).⁹

Dessa forma, na fala do advogado José Bolivar Bretas, nota-se que o município de Assis Chateaubriand foi o palco de conflitos pela posse da terra. Em sua ótica, a melhor forma no período de colonização de conquistar e manter a posse de terra eram os atos de violência, e principalmente um “revólver 38” na cintura.

A versão dos colonos

Ao analisar depoimentos, podemos entender as complexas relações sociais marcadas pelos conflitos e pela prepotência política na região Oeste do Paraná, e

principalmente a questão da posse da terra. De acordo com o depoimento de Valter de Oliveira, filho de José Alves de Oliveira, uma das vítimas dos jagunços da Colonizadora Norte do Paraná, mostra que no ano de 1964, iniciou-se a venda de terras na região conhecida como “*Gleba Cinco Mil*”.

Segundo o depoimento de Valter de Oliveira, as pessoas compravam o que podiam plantar e colhiam seus mantimentos. No processo de colonização, as terras eram cobertas de matas virgens, as quais foram derrubadas e as terras preparadas para o plantio. No depoimento, após dois anos iniciou-se a mecanização das terras da região, a partir desse momento as terras valorizaram-se mais,

começando então a surgir os jagunços, que recebiam ordens de seus mandantes para expulsar as pessoas que ali estavam morando. Colocavam as pessoas que resistiam, dentro de um jipe e diziam a elas que havia um assunto sério para conversar. Muitas dessas pessoas desapareceram. Outras depois de algum tempo eram encontradas boiando em rios da região. Muitas também foram enterradas dentro das matas. (Valter de Oliveira, Colono – Assis Chateaubriand/PR).¹⁰

Um dos métodos utilizado pela Colonizadora Norte do Paraná foi dar fim nos colonos, posseiros e grileiros. Mandava jagunços ou pistoleiros matarem essas pessoas que estavam atrapalhando os planos de “aquisição” das terras pela colonizadora. Segundo o depoimento de Valter de Oliveira, o seu pai foi uma das vítimas da Colonizadora Norte do Paraná, no município de Assis Chateaubriand.

Meu pai também foi uma das vítimas. Eu me lembro de tudo o que aconteceu, embora sendo ainda pequeno. Não tínhamos sossego. Os jagunços sempre chegavam em nossa casa, muito bem armados. Eu quase morria de medo, quando eu os via, saía correndo e me escondia no mato. Minha mãe procurava nos proteger. Um determinado dia chegaram lá e pegaram meu pai, minha mãe se escondeu no mato para não ser morta também. Deram 5 tiros em meu pai, que veio a falecer 15 dias depois, num hospital em Palotina. (Valter de Oliveira, Colono – Assis Chateaubriand/PR).¹¹

Podemos perceber que os jagunços contratados pela Colonizadora espalhavam terror e provocaram a invasão de várias propriedades rurais na região de Assis Chateaubriand e Tupãssi. O medo provocado pelos jagunços ajudou o processo de aquisição dessas propriedades pela colonizadora por “*preço de banana*”. Conforme Valter Oliveira,

minha mãe acabou vendendo aquelas terras a “troco de bananas”. Hoje a pessoa que as comprou está milionária. Com o dinheiro minha mãe comprou uma casinha, para poder ter um pouco de sossego. Ainda assim fomos perseguidos por um bom tempo. Com o passar do tempo as coisas foram se acalmando. (Valter de Oliveira, Colono – Assis Chateaubriand/PR).¹²

Os jagunços utilizavam todos os meios possíveis para retirar os moradores de suas propriedades. No depoimento de Senhor Plácio e Dona Vicentina, eles contam que migraram de Maringá para o município de Assis Chateaubriand. Enfatizam que conheceram um corretor que estava oferecendo propriedades rurais no município de Assis Chateaubriand, vieram conhecer o município e acabaram comprando terras da Colonizadora Norte do Paraná. “Ouvíamos falar em posseiros que faziam seus ranchinhos nas terras e que acabaram sendo expulsos dos mesmos. Aqueles que resistiam tinham os seus ranchos incendiados pelos jagunços”. (Plácio e Dona Vicentina, Colonos – Assis Chateaubriand).¹³

No depoimento de Arquimedes José Assunção, residente no município de Assis Chateaubriand, desde o ano de 1962, sobre a relação à posse da terra, ele aponta que muitos problemas surgiram entre os posseiros e a colonizadora. Porém, houve vários posseiros que acabavam negociando com a Colonizadora. A forma de negociação era da

seguinte forma: a pessoa que tinha a posse de 50 alqueires, recebia 10 alqueires quitados e devolviam os 40 alqueires restantes.

Aqueles que não entravam num acordo, eram despejados a força, tendo seus ranchos derrubados pelos tratores de esteira. Vários posseiros perderam suas vidas por resistirem aos jagunços. Muitos destes jagunços ainda estão por aí, outros estão em Rondônia. Alguns dos posseiros que receberam a parte que a colonizadora “deu” escriturada, conseguiram aumentar suas posses. Várias famílias foram despejadas à base de jagunços, isto ocorreu no tempo de Oscar Martinez. Derrubavam os ranchos com tratores, colocavam as mudanças nos caminhões e jogavam em qualquer lugar. As mulheres e as crianças saíam chorando, era um horror. (Arquimedes José Assunção, Colono – Assis Chateaubriand/PR).¹⁴

Uma das formas utilizadas pelos posseiros para evitar o conflito com a colonizadora e principalmente contra os jagunços era fazer um acordo na hora em que os jagunços vinham retirá-los da propriedade. Para Arquimedes José Assunção, o tipo comum de acordo entre posseiros e os jagunços da colonizadora era ficar com 5 alqueires de terras no lugar de 20 que tinha em suas posses. Para Assunção, era melhor aceitar os 5 do que ficar sem nada.

No livro de Silvio Antônio Colognese, Valdir Gregory e Erneldo Schallenger, *“Tupãssi: Do mito à história”*, é abordado o processo de colonização do município de Tupãssi, e principalmente as questões das fronteiras agrícolas no Paraná. Nesse livro, são apresentadas várias entrevistas feitas com colonos sobre o processo de colonização.

O relato apresentado por Colognese, Gregory e Schallenger (1999), de Dona Romilda, é permeado de dramaticidade e acusações fortes contra a prepotência dos jagunços da Colonizadora Norte do Paraná. Em sua entrevista, ela enfatiza que os jagunços mataram três homens. Os jagunços se chamavam Assindo, Pedrinho, Turco, Mão-Torta, Arnei, Mato Grosso, Quarenta e Quatro. Em sua recordação, lembra que uma vez juntaram 15 jagunços e foram para matar o seu marido, e tirar a sua propriedade. “Eu disse que ele não estava. Às vezes eu escondia o marido lá no mato, no lado do Carajá. Montávamos a cavalo, eu escutava o pateado dos cavalos dos jagunços. Iam soltavam os cavalos no meio do milho e feijão e destruíam tudo”. (Dona Romilda, Colona – Tupãssi/PR).¹⁵

Em seu depoimento, é enfatizado que em outro dia, chegaram à sua casa exigindo a presença de seu marido.

Eu sabia que iam fazer com José como fizeram com outros homens que castraram e mataram com facão. Cortaram o seio da mulher e arrancaram os olhos da criança. Um dia eu fui levar as galinhas para a D. Carmen, que morava lá. Vi lá um cavalo morto. Ela disse: ontem de noite deram aqui mais de trinta tiros no meio de nós e das crianças. Pegaram oito crianças, cortaram o vestidinho das meninas com a faca. Depois, foram no nosso vizinho, pediram chimarrão. Quando ele foi entregar a cuia, recebeu um tiro de espingarda no rosto. Acabaram de matar lá no Cristóvão. Foi no dia 1º de Dezembro de 1956. Ninguém queria levar o corpo para enterrar. Eu e minha sobrinha fomos arrumar. O filho deste senhor também foi esfaqueado e ficou dois dias no meio das folhagens com as tripas de fora. Passou um caçador e viu. O avô dele mandou buscar. Levaram a Cascavel, nas costas, de noite, uma noite de grande geada. (Dona Romilda, Colona – Tupãssi/PR).¹⁶

Dona Romilda aponta que o seu marido apanhou várias vezes de jagunços da Colonizadora Norte do Paraná e que encontraram o revólver nele e deram uma paulada em seu ombro.

Os jagunços levaram o José para que ele indicasse a casa de um homem. Perseguiram e maltrataram o meu marido. Pediam que mostrasse o marco da divisa da terra. Quando ele se abaixou pularam nele. Nossa senhora! Aí eles

se afastaram, porque Deus não quis que eles matassem o José. Isto aconteceu lá por 1959. (Dona Romilda, Colona – Tupãssi/PR).¹⁷

A legalização da propriedade de José e Dona Romilda foi obtida quando aumentou o número de moradores em Tupãssi. A Colonizadora fez um acordo com esses moradores, fazendo a escritura e cobrando deles 200 reais pela terra. “O acordo foi feito com o seu Miguel Vargas, que trabalhava para João Simão e Manuel Ramos. Depois, mataram o irmão do Simão, o Camilo, lá em Três Barras”. (Dona Romilda, Colona – Tupãssi/PR).¹⁸

Podemos perceber a angústia e medo que os colonos sentiam contra os jagunços da Colonizadora Norte do Paraná. Percebe-se que os ataques dos jagunços criavam certa “*psicose*” nas pessoas, ou seja, um novo ataque dos jagunços criava a “*psicose do medo*”, sobre os colonos do município de Tupãssi, embora a ação dos jagunços nessa região estivesse acontecendo há tempos.

Aqui pra baixo, pegaram um rapaz, o Andrezinho, marido de D. Maria. Deram tanto nele! O José foi lá com o Seu Cirino. A mulher desapareceu com as cinco crianças. Dizem que o homem viu a cabeça da criança rolando no rio. O José e o Cirino vieram ver se achavam ... Logo depois mataram um outro homem, de nome Antônio. A mulher viu. O tiro veio do mato e acertou o homem na porta da casa. Mataram outra família. Quando principiaram a se acertar, juntaram-se com o meu marido, compadre Arno, o Valdomiro Pinheiro, o Vardinho, o Aparecido Malaquias e foram a Toledo, mas não puderam fazer nada. Foram a Cascavel, aí veio um de lá que estava entrincheirado na Central e na Milícia, na estrada de Cafelândia. Vieram aqui em casa, o Ricardo, o Mariano e o Pedro, de Cafelândia. Jogaram nós fora de casa. Pegaram os documentos do José e levaram embora. Certidão do nosso casamento realizado em Cascavel. Não queriam dar a escritura da terra. Aí o Mauri disse: Se vocês não derem a escritura hoje, vão morrer. O Famílio, então saiu pela porta dos fundos. O rapaz abriu uma gaveta e pegou a escritura. Vieram aqui em casa, pegaram os documentos e queimaram lá em Cascavel. (Dona Romilda, Colona – Tupãssi/PR).¹⁹

Podemos analisar que a família de Dona Romilda teve vários problemas com jagunços, ou seja, havia boatos da forma como os jagunços tiravam as terras dos posseiros (matando as pessoas que viviam nessas propriedades). O ambiente de insegurança e pavor na maioria dos depoimentos é rememorado. Contudo, podemos vislumbrar os espaços e momentos da construção colonial em que a normalidade da fronteira agrícola oscila entre a bandidagem, a violência, a ausência da lei e a busca de direitos.

Para o Eugenio Rebutini, quem administrava a região era a “Colonizadora Norte do Paraná”, pois nesse período ainda não existia a prefeitura e principalmente quem comandava a colonizadora na época era o Manoel de Souza Ramos e Rudy Alvarez.

Eu trabalhei 4 anos para a colonizadora e quando entrou a prefeitura eu comecei a trabalhar para ela, com a máquina da Colonizadora, que a mesma havia cedido para a prefeitura. Estou aí desde o primeiro prefeito. Quando cheguei aqui havia muitos posseiros, ainda conheci muitos deles. Alguns acertavam com a Companhia, outros ela tirava “na marra” e assim até legalizar tudo isso. Várias pessoas ainda têm seus terrenos até hoje. Uns legalizaram, outros não e assim por diante. (Eugenio Rebutini, membro da CNP – Assis Chateaubriand/PR).²⁰

Duarte Celestino de Oliveira, em seu depoimento, enfatiza que no processo de colonização do município de Assis Chateaubriand “*não houve problemas entre a colonizadora e posseiros*”. Havia boatos sobre uma grande mortandade nessa região, a justificativa desses “boatos” seria por questões políticas.

Inventaram que a Companhia matava gente e mandava jogar no Rio Piquiri. Isso ocorreu na época em que o Ivo Muller e Rudy Alvarez concorriam as eleições para Prefeito Municipal. Essas denúncias foram arquivadas por Paulo Pimentel, que era o governador do Paraná na época, sendo as mesmas usadas para a campanha de Requião, através de “Ferreirinha”, dizendo ter sido jagunço da companhia. A verdade é que esse “Ferreirinha” nunca existiu. (Eugenio Rebutini, membro da CNP – Assis Chateaubriand/PR).²¹

Há de se rememorar como a violência cometida contra os posseiros pelos jagunços da Colonizadora Norte do Paraná tornou-se conhecida, em 1990, no Estado do Paraná, por meio do caso “*Ferreirinha*”, que envolveu os candidatos José Carlos Martinez e Roberto Requião nas eleições para governados do estado. “*Ferreirinha*” seria um pistoleiro contratado pela Colonizadora Norte do Paraná de propriedade da família Martinez para assassinar os posseiros na região oeste do estado, no período de colonização no município de Assis Chateaubriand e Tupãssi. Esse fato teve repercussão na mídia nacional.

Considerações Finais

Ao estudar os conflitos de terras na região Oeste do Paraná, nota-se a existência de uma diferença na própria visão do processo de colonização, ou seja, o grupo hegemônico tenta afirmar a sua continuidade histórica pelo discurso, enquanto o grupo dominado busca assegurar a versão que em muitos casos é considerada uma ótica desvirtuada sobre a história dessa região.

Como enfatiza Myskiw (2002), havia uma elite regional que se afirmava politicamente, assim como uma rede de poderes que sustentavam a ideia de região. Ou seja, se por um lado o Oeste Paranaense era conhecido como o “Velho-Oeste”, podemos identificar que em tal espaço um determinado grupo político mandava. Por outro lado, remetindo à ação indiscriminada de grileiros, procurando, por meios diversos, afirmação no espaço regional.

O estudo dos conflitos de terra na região Oeste do Paraná contribui significativamente para compreender o processo de colonização dos municípios de Assis Chateaubriand e Tupãssi. Visto a complexidade do acesso à terra por posseiros e colonos e, principalmente, de que os conflitos apresentados nesse trabalho, por meio de entrevistas, é uma pequena parcela dos ocorridos na região.

Referências Bibliográficas:

BORITZA, Rita. *Os Conflitos Ocupacionais da Colonização de Assis Chateaubriand*. Toledo: UNIOESTE, 1994. [Monografia de Especialização em História do Brasil].

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade, lembranças e velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

COLOGNESE, Silvio Antonio; GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. *Tupãssi: do mito à história*. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

IPARDES, Pesquisas. *O Paraná reinventado – política e governo*. Curitiba, 1989.

JORNAL ESTADO DO PARANÁ, 04 de fev. 1978.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Grilagem como Legado. In. MOTTA, Márcia, PIÑEIRO, Théo Lobarinhas (Orgs.) *Voluntariado e Universo Rural: Vício de Leitura*. 2002.

_____. Lei de Terras. In. MOTTA, M (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MYSKIW, Antonio Marcos. *Titulação de terras no Oeste Paranaense: Uma análise documental*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2000. [TCC em História].

_____. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)*. Niterói: UFF, 2002. 201 p.

OLINTO, Beatriz Anselmo; STEIN, Marcos Nestor. As propriedades da diferença: nacionais, colonos e grileiros (Guarapuava 1920-1930). In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; Oliveira, Oséias de (Orgs.). *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2008. Disponível em: <http://www.fundacaoaraucaria.org.br/projetos/projetos08-2008/13385_Anais.pdf>. Acesso em: 05 Set. 2010.

SILVA, Eulalia Aparecida. *A colonização de Assis Chateaubriand: História oral*. Toledo: UNIOESTE, 1994. [Monografia de Especialização em História do Brasil].

SOUTO MAIOR, Laércio. *História do Município de Assis Chateaubriand: o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná*. Maringá: Clicheter, 1996.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

¹ Graduado em História (UNIMEO/CTESOP), Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Pesquisador do Grupo Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional (UNIOESTE). E-mail: leandrocrestani@hotmail.com

² Para Wachowicz (1982), a obra era uma propriedade e/ou exploração típica das regiões cobertas pela mata subtropical, em território argentino e paraguaio. Sua existência baseava-se no binômio: madeira-mate. O sistema, assim como apareceu na região em estudo, era praticamente desconhecido no sul do Brasil. Sua estrutura e terminologia são típicas do mundo hispano-platino: obragero, mensu, antecipocomissionista, limite, picaras, etc.

³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

⁴ ÁLVAREZ, Rudy. Entrevista concedida a Laércio Souto Maior em 28 Nov. 1995, em Assis Chateaubriand/PR. Apud. SOUTO MAIOR, Laércio. *História do município de Assis Chateaubriand: O encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná*. Maringá: Clichetec, 1996. p. 222.

⁵ MARTINEZ, Oscar. Entrevista concedida a Laércio Souto Maior em [?] Out. 1995, em Assis Chateaubriand/PR. Apud. SOUTO MAIOR, Laércio. *História do município de Assis Chateaubriand: O encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná*. Maringá: Clichetec, 1996. p. 191-192.

⁶ MARTINEZ, Oscar. Entrevista concedida a Laércio Souto Maior em [?] Out. 1995, em Assis Chateaubriand/PR. Apud. SOUTO MAIOR, Laércio... Op.Cit. p. 199.

⁷ Idem p. 199.

⁸ Idem p. 201.

⁹ BRETAS, José Bolivar. Entrevista concedida a Laércio Souto Maior em 19 Set. 1995, em Assis Chateaubriand/PR. Apud. SOUTO MAIOR, Laércio. História do município de Assis Chateaubriand. ... Op.Cit. p. 226-227.

¹⁰ OLIVEIRA, Valter de. Entrevista cedida a Eulalia Aparecida da Silva em 09 de Agos. 1994, em Assis Chateaubriand/PR. Apud. SILVA, Eulalia Aparecida. A colonização de Assis Chateaubriand: História oral. ... Op.Cit. p. 12-13.

¹¹ Idem. p. 12-13.

¹² Idem. p. 13

¹³ PLÁCIO E DONA VICENTINA. Entrevista cedida a Eulalia Aparecida da Silva em 15 Set. 1994, em Assis Chateaubriand/PR. Apud. SILVA, Eulalia Aparecida. ... Op.Cit. p. 14.

¹⁴ ASSUNÇÃO, Arquimedes José. Entrevista cedida a Eulalia Aparecida da Silva em [?] Out. 1994, em Assis Chateaubriand/PR. Apud. SILVA, Eulalia Aparecida... Op.Cit. p. 15.

¹⁵ DONA ROMILDA. Entrevista concedida a Silvio Antonio Colognese, Valdir Gregory e Erneldo Schalleberger. Apud. COLOGNESE, Silvio Antonio; GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. Tupãssi: do mito à história. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999. p. 75.

¹⁶ Idem. p.75-76.

¹⁷ Idem. p. 76

¹⁸ Op.Cit. p. 76.

¹⁹ Op. Cit. p.77-78.

²⁰ REBUTINI, Eugenio. Entrevista concedida a Eulalia Aparecida da Silva em 23 Dez. 1994. Apud. SILVA, Eulalia Aparecida.Op.Cit.p.22.

²¹ Op. Cit. p.26.